

Bernardo Cabral

Um político hábil para ganhar votos

De político derrotado pelo próprio partido, o PMDB, que lhe negou a indicação para concorrer à presidência da Câmara dos Deputados, à confortável posição de interlocutor privilegiado do presidente eleito Fernando Collor de Mello, transcorreram apenas dois meses. Da decepção de quem investiu sua competência em 20 horas de trabalho diário durante 16 meses, como relator da Constituinte, o deputado Bernardo Cabral não guardou sequer a legenda. Preservou a lealdade ao companheiro e amigo Ulysses Guimarães, dando-lhe seu voto no primeiro turno da eleição presidencial e, em seguida, desligou-se do PMDB.

“Infeliz do cidadão que esperar o reconhecimento de seus contemporâneos”, queixava-se aos amigos mais próximos quando se viu preterido. Mas José Bernardo Cabral, um amazonense de 56 anos, com um filho e dois netos, não é homem de amargar derrotas. Primeiro aluno e orador de sua turma na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas, ele é descrito por amigos e adversários políticos como uma pessoa amável e hábil em matéria de angariar simpatias e votos, o que acabou lhe rendendo uma aceitação unânime da equipe de Collor. Ninguém contestou a indicação, nem lembrou que defendia um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Ele justifica essa posição dizendo que ela representava o cumprimento da Constituição em vigor.

Cabral deve a uma tragédia de família sua opção pela advocacia. Em 1949, com apenas 16 anos e o projeto de cursar engenharia, ele teve um de seus irmãos assassinado por um policial. No ano seguinte, Bernardo Cabral fazia vestibular para o curso de direito e quatro anos mais tarde comprovava sua habilidade como assistente da promotoria. No primeiro júri, o assassino de seu irmão pegou 13 anos de cadeia, pena ampliada para 20 anos na apelação, em segundo julgamento, e fixada em 21 anos no terceiro júri.

“Desde aquela altura eu confiava na Justiça”, costuma lembrar quando fala da tragédia na família. Mas o sucesso na advocacia não o impediu de entrar na política em 1958, quando foi nomeado secretário do Interior e Justiça do Amazonas, passando, no governo de Gilberto Mestrinho, à chefia da Casa Civil. Em 1962, estreou nas urnas como o deputado estadual mais votado, pelo PTB.

Cassação — Sua passagem pela Assembleia Legislativa do estado foi, no mínimo, singular. Bernardo Cabral, com apenas 28 anos, não aceitou a tutela militar na escolha do sucessor do governador Plínio Coelho, cassado em 64, e marcou posição. Foi o único dos 30 deputados estaduais que se insurgiu contra a indicação de Artur Reis, embora o considerasse um nome sério e responsável, mantendo-se na defesa intransigente da eleição direta.

Seu primeiro mandato como deputado federal, o mais votado do estado, foi interrompido pelo AI-5, que lhe cassou os direitos políticos por 10 anos. Em 1968, depois de conquistar uma das vice-lideranças do MDB, comandado pelo então deputado Mário Covas, e de ganhar pela segunda vez o título de melhor parlamentar do ano, conferido à época pelo Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados, Cabral sai do cenário político e decide dedicar-se à advocacia no Rio de Janeiro, aproximando-se da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Na OAB, tornou-se conselheiro federal em 1974 e dois anos mais tarde apresentou seu nome para secretário-geral na chapa do professor Josafá Marinho. Mas, diante da investida dos conservadores do meio jurídico, que temiam a presença de um ex-deputado cassado, retirou-se da disputa, o que não o impediu de, três anos mais tarde, se apresentar como candidato independente e derrotar seu opositor da chapa imbatível de Seabra Fagundes. Na eleição seguinte, em 81, venceu Sepúlveda Pertence para a presidência da entidade.

Na Constituinte, sua primeira vitória foi transformar em disputa na bancada o que seria uma indicação do presidente Ulysses Guimarães para a relatoria. O cargo de relator ele disputou com o senador Fernando Henrique Cardoso (SP) e com o deputado Pimenta da Veiga (MG) e era considerado a *zebra*. Tinha garantidos apenas três votos do Amazonas, enquanto Fernando Henrique e Pimenta contavam com uma bancada de cerca de 30 deputados cada um. “Venci com o meu discurso de que seria um relator independente, não aceitando pressões de grupos ou partidos”, costuma lembrar.